



ACONSELHAMENTO PASTORAL COMO RELAÇÃO DE PODER

Por Prof. Dr. Albert Friesen

RESUMO

Em qualquer relacionamento manifestam-se vetores de poder social, desde singelos encontros entre crianças pré-escolares até reuniões de políticos e diplomatas em escala internacional. O poder regula as relações das pessoas, formando a sociedade. Deste modo, Michel Foucault conclui e define que o poder não é estático, nem localizado, ele é dinâmico e relacional. Portanto, quando dois sujeitos se encontram para o denominado aconselhamento pastoral, deve estar claro que ambos exercem forças na relação. A analisar a relação pastoral, deve-se tratar de relações de poder e não do poder como tal. Essas proposições têm implicações diretas sobre o exercício do aconselhamento pastoral. Partindo da premissa de que mesmo o sujeito que busca ajuda exerce poder na relação, torna-se necessário explicar a diferença dos códigos comunicacionais que regem a interação e a necessidade de ajustar os mesmos para que a relação se torne terapêutica. O pressuposto de que o aconselhando também exerce poder, precisa orientar o conselheiro na busca desse ajuste (Niklas Luhmann). O ser humano como *imago Dei* é dotado de poder e de liberdade de ação. Emil Brunner fundamenta a dignidade humana a partir dos projetos de Deus na Criação, demonstrando os princípios antropológicos das estruturas de contato e da interapelidade, da intercomunicabilidade, da plausibilidade de ser interpelado pela Palavra de Deus. Contudo, poder e liberdade sem amor sempre desequilibrará as relações, igualmente as relações de aconselhamento. A finalidade dessa relação de poder terapêutica, curadora, libertador e transformadora do aconselhamento pastoral é a mobilização, potencialização e evocação de toda a resiliência do ser humano (Howard Clinebell). Guggenbühl-Craig adverte que importa que o conselheiro esteja consciente da dinâmica da relação de poder no aconselhamento pastoral.

Palavras Chave: aconselhamento pastoral; relações de poder; poder; liberdade; potencial humano



Introdução

Na poimênica cristã, o aconselhamento é uma das principais disciplinas da práxis pastoral (Schneider-Harpprecht, 1998, p. 291). Poimênica é a ciência do agir do pastor. E como tal, implica em relações de poder. O pastor age e interage com a ovelha para conduzi-la segundo seus próprios critérios de melhor saber. Igualmente, os conceitos de aconselhamento, dar conselhos e psicologia pastoral (a interpretação das ações pastorais de acordo com princípios psicológicos) conotam relações de poder entre dois sujeitos com preponderância de um sobre o outro. Do mesmo modo, os termos adotados da prática médica de paciente, cliente ou mesmo os termos adaptados de aconselhando ou aconselhado ainda implicam em expressões de poder. Os termos mentor e mentoreado, facilitador e ajudado, sejam quais forem as tentativas para descrever o processo de ajuda de um para com o outro em nome de Deus, denotam relações de poder. Parece impraticável dissociar a ideia cartesiana do poder, isto é, que a toda ação, corresponde uma reação. Persistem as implicações de superioridade versus inferioridade, alguém que sabe mais que outro, um dá e outro recebe, um sujeito domina e outro se submete. Aparentemente não se encontrou até hoje um termo que denote igualdade entre os sujeitos tanto no processo poimênico, quanto no procedimento do aconselhamento pastoral.

Quando se trata do poder, em geral, pensa-se em vetores de natureza similar, por exemplo, força física que é comparada a outra força física, habilidades persuasivas medidas por falta de habilidades persuasivas. A compreensão do poder como códigos de comunicação de Niklas Luhmann ou o poder como expressão simbólica em vários níveis (teoria sistêmica) são recentes. Também Foucault se afasta da visão cartesiana de poder quando percebe que cada indivíduo pode produzir sua expressão de poder sem que tenha que adequar-se à expressão alheia.

Em suas considerações sobre o poder pastoral e os governos do ocidente, Michel Foucault (1999 in: Garrete) afirma que a desigualdade entre os sujeitos surge e foi construída a partir dos hebreus (que aprenderam o conceito dos egípcios) e perpetuada



através do cristianismo primitivo. Posteriormente, em termos históricos, a desigualdade entre os sujeitos na relação de fé foi definida a partir da Igreja-Estado da Idade Média e incrementada a partir de modelos governamentais monárquicos na modernidade precoce. Nem mesmo as tentativas democráticas dos séculos XIX e XX puderam expurgar a desigualdade entre governos e governados.

Embora Foucault possa ter percebido um fenômeno de construção histórica, o próprio Cristianismo primitivo não propôs estruturas hierárquicas (ou cartesianas) de um sobre o outro, antes sim, de dinâmicas que favoreçam relacionamentos de amor e serviço (Mateus 23.11-12; Lucas 22.24-27). Contudo, questiona-se na sociedade contemporânea, bem como em igrejas atuais como uma coletividade poderia organizar-se sem construções de poder hierárquicas? Emil Brunner (1937) propõe que a *imago Dei* predefine uma teologia e antropologia relacional, que indefere nivelamentos, camadas, departamentos, classes ou outras formas discriminadoras entre os seres humanos, entre seres humanos que ajudam e que são ajudados, mesmo entre o ser humano e o seu Criador. Todavia, há viabilidade para tais premissas de igualdade a partir do relacionamento *ágape* (amor de Deus; amor sacrifício) e serviço no aconselhamento pastoral?

Defende-se neste artigo que a liberdade é o elemento catalizador e o fator denominador comum para a construção da igualdade entre os seres humanos, sendo também o elemento que terapeutiza e cura na relação do aconselhamento pastoral. Conquanto Foucault não aborda o poder a partir de conceitos teológicos, suas conclusões a respeito das relações de poder se aproximam das perspectivas de Brunner que por sua vez aborda a interação pastoral justamente a partir da perspectiva teológica cristã.

Parte-se do pressuposto que aconselhamento pastoral, tal qual visto e praticado hodiernamente, é uma relação entre dois sujeitos com um objetivo em comum (ou não) onde ambos optam e decidem. Pressupõe-se também que poder é uma forma de relação. Portanto, aconselhamento pastoral é uma relação de poder. Sendo o aconselhamento pastoral uma relação de poder, para fins da teologia prática, o mesmo precisa estar constantemente sob investigação e conscientização.



Defende-se igualmente que, nessa relação é necessário que haja liberdade para que a ação pastoral não se transforme em opressão ou até abuso espiritual.

Destarte, expõe-se a seguir resumidamente os dois paradigmas teóricos na discussão da relação de poder aplicados ao aconselhamento pastoral, para então deduzir implicações e decorrências de teologia prática do mesmo ministério.

1. Aconselhamento pastoral como relação de poder foucaultiana

O filósofo Michel Foucault não tem o ministério religioso e eclesiástico do aconselhamento pastoral como objeto de reflexão quando fala ou escreve do poder pastoral. Ele desenvolve suas conclusões sobre as relações de poder a partir da própria atividade pastoril de cuidar de rebanhos, especialmente entre os povos nômades da antiguidade.

Os gregos clássicos, segundo Foucault, não exerciam o poder de uns sobre os outros, porém, guerreavam por terras e domínios. Pastores de rebanhos eram categorizados com seres humanos inferiores, portanto, dificilmente um líder utilizaria a metáfora para descrever sua vocação ou suas funções de liderança. Segundo se sabe da história humana escrita, os faraós egípcios foram considerados pastores de seres humanos pela primeira vez. Os hebreus vez, tendo convivido com os egípcios como escravos por mais ou menos quatro séculos e sendo eles mesmos pastores nômades, desenvolveram a metáfora pastoril positivamente para indicar proteção e noção de poder interpessoal. Destarte, o deus hebreu *Yahwe* era considerado pastor do seu povo (Foucault, 2014).

Pode-se considerar, portanto, dois tipos diferenciados de exercício de poder: a soberania e o pastoreio. O soberano conquista domínios e o povo o serve. O pastor conquista indivíduos e serve ao povo. O domínio e o controle, desta maneira, se dá sobre indivíduos. A interação com os mesmos pode interferir na liberdade do ser humano. Exerce-se ações políticas sobre os valores, as percepções, as análises e conclusões, por conseguinte sobre as opções e decisões das pessoas.

Considerando os conceitos foucaultianos, Ranoya (2009) sintetiza as formas do exercício do poder em três expressões: o poder pastoral, o poder disciplinar e o bio-



poder. O **poder pastoral** se dá a partir da assepsia cognitiva do indivíduo, isto é, define-se a cosmovisão do indivíduo para ele (em abuso de poder) e com ele (em promoção libertadora do poder). O poder pastoral ou o poder religioso nesse sentido se dá a partir dos símbolos e da cultura, enquadrando o indivíduo e a sociedade com valores pré-definidos e estabelecidos dogmaticamente. No Cristianismo, o pastor é vocacionado para promover a salvação espiritual dos fiéis e as esperanças para a “outra vida”. Essas bênçãos se tornem acessíveis apenas mediante conduta adequada na existência terrena, por isso, a salvação é obrigatória. Como o pastor conhece as normas, estabelece-se uma relação entre verdade e poder. Quem sabe, pode! O indivíduo se submete! Em termos negativos, a liberdade do indivíduo está sob ameaça. A liberdade pode ser cerceada em termos subjetivos.

O **poder disciplinador** é o exercício da lei, do governo e a expressão institucional sobre o indivíduo: o Estado. Uma forma extremamente poderosa de enquadramento da pessoa e da sociedade se dá assim através do sistema econômico, que no ocidente é expressivamente capitalista e neo-liberal. Torna-se praticamente inviável sobreviver na sociedade contemporânea sem estar inserido e conectado economicamente ao sistema capitalista e governamental vigente. Impostos e consumos estão interconectados via bancária e dominam as ações, opções e decisões de todos os cidadãos, especialmente aqueles que decidem manter um *status quo* comum. Muito embora se apregoa que a democracia seja constituída de cidadãos livres, o que ocorre de fato é o aprisionamento ao sistema econômico. A liberdade é cerceada em termos objetivos.

Por fim, o **bio-poder** se dá através da contenção física e/ou da contenção moral do indivíduo, tendo num extremo o sistema policial e prisional, e no outro a religião e a cultura, ou mesmo a cultura religiosa. Ambas se retroalimentam da moral. Há elementos do poder pastoral e do poder disciplinar reunidos no bio-poder. Também nessa expressão de poder a liberdade pode estar cerceada, tanto em termos objetivos quanto subjetivos.

Como se pode deduzir das três formas de expressão de poder, o poder pastoral é o que melhor descreve as relações do poder no aconselhamento, embora haja aspectos plausíveis o bio-poder via construção moral: cultura e religião. Ambos são construídos a partir de mecanismos simbólicos, influenciando sobre a força de vontade, sem utilização



de força violenta. O poder pastoral e a moral promovem uma luta simbólica contra aquilo que não se deve fazer para ser feliz e a favor do que é considerado bom pelo pastor (não necessariamente pelo indivíduo) para que se possa ser salvo (feliz).

Ranoya (2009) sintetiza o poder simbólico como a fonte dos sentidos sociais, os valores sociais e “insumos subjetivos devidamente compilados, normatizados e categorizados”. Os sentidos simbólicos fluem culturalmente de todos para todos, mas são “organizados e sistematizados” através de instrumentos que funcionam como fontes ou “referências ascéticas (dedicadas em purificar os sentidos, decifrá-los, torna-los claros e idôneos, voltados a promover o bem público e a proteção da população)”. Tais instrumentos são as religiões, as culturas, as instituições que as representam e contemporaneamente os meios de comunicação.

Enquanto o pastor e a religião propõem a salvação deste mundo, o Estado e os poderes institucionalizados propõem salvar o indivíduo neste mundo. Um e outro se utilizam de seus respectivos instrumentos. Todavia, a salvação deste mundo é um resgate subjetivo, portanto, instrumentalizado através de símbolos e da assepsia dogmática. Por conseguinte, o aconselhamento pastoral pode e deve ser compreendido como mecanismo simbólico e asséptico.

Num passado não muito distante, tratava-se na psicologia de higiene mental. Esta, num sentido simplificado define a necessidade de verbalização emocional para prevenção de sofrimento psicossomático. O termo refere-se ao estudo e à prática de manutenção da saúde psíquica, favorecendo a harmonia emocional e o equilíbrio mental e sociocultural. Em 1919 foi criado um Comitê Internacional para a Higiene Mental que por sua vez promoveu o primeiro Congresso relacionado ao tema em Washington em 1930 (Reich, 1978).

Notoriamente, a religião cristã propõe ações similares quando se pensa na hermenêutica de Romanos 12.1-2: “Rogo-vos, pois, irmãos, pela compaixão de Deus, que apresenteis os vossos corpos em sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional. E não sede conformados com este mundo, mas sede transformados pela renovação do vosso entendimento, para que experimenteis qual seja a boa, agradável, e perfeita vontade de Deus”. A exortação paulina convoca a



analisar o próprio modo de pensar e a corrigir os conceitos básicos segundo critérios divinos (religiosos) para alcançar equilíbrio e vida satisfatória, a utilizar os instrumentos sugeridos do poder pastoral foucaultiano, o exame próprio, o acompanhamento do indivíduo em suas ações e o escrutínio constante da consciência.

Destarte, os instrumentos pastorais (segundo a concepção foucaultiana) para a correção de condutas e valores subjetivos são os juízes, tutores, professores, guias e líderes, incluso os religiosos e conselheiros pastorais. Os mesmos são legitimados para o exercício de tal poder, pois defendem regras, enfatizam sua importância e pessoalmente também se submetem à assepsia a partir dos símbolos apreçados. Ranoya (2009) diz que,

são os que condenam, defendem, julgam, agem e pensam em nome de todos, sem nunca fazê-lo em ato... apenas em 'espírito'. Não lhes cabe o exame da consciência e a formulação das verdades e normalidades sobre as coisas, precisam representá-las, precisam mostrar a importância das regras para a condução de uma vida pacífica, docilizada, entorpecida, apassivada, narcotizada. É fundamental que o façam de forma cada vez mais transparente para que se verifique estarem comprometidos unicamente com a missão que lhes foi confiada.

Desse modo, o poder pastoral desafia a obedecer, não para obter ou conquistar algo, mas pelo simples ser obediente. O obedecer é visto como um valor em si mesmo.

Sob tal enfoque, o aconselhamento pastoral pode ser compreendido e enquadrado conceitualmente como ação relacional de poder. Contudo, tal relacionamento se torna pernicioso a partir da restrição de liberdade do indivíduo, o aconselhando. A relação de liberdade e o poder serão discutidos na parte três deste texto.

2. Práxis pastoral definida a partir do conceito antropológico brunneriano

O teólogo neo-ortodoxo Emil Brunner, contemporâneo e inicialmente discípulo de Karl Barth, constrói a sua antropologia a partir da denominada *imago Dei*, isto é, a afirmação bíblica e dogmática de que o ser humano foi criado à imagem e semelhança do seu próprio Criador, o Deus *Yahwe* (Gênesis 1.26-27).



Tal imagem e semelhança foi prolongadamente e profundamente debatida pelos pais apostólicos, os apologetas dos séculos II e III e por teólogos em todos os tempos do Cristianismo. Brunner opta por compreender e definir a mesma como alteridade, isto é, a proposição teológica de que entre o Criador e a criatura há uma relacionalidade ontologicamente renunciada. A criatura não pode não se relacionar, tal qual o Criador procura a sua criatura ao andar pela viração do dia no jardim do Éden (Gênesis 3.8). Em tendo pecado, o ser humano se esconde, interrompe a relação com Deus. Destarte, a *imago Dei* define a alteridade de Deus e também a alteridade do ser humano. A *imago Dei* implica no propósito primal da relacionalidade entre Deus e o homem, do homem com Deus e dos seres humanos entre si (Friesen, 2005, p. 25).

Para que a alteridade entre o imanente e o transcendente seja possível, Deus criou o ser humano com estrutura de conexão (*Anknüpfungspunkt*, literalmente: ponto de conexão) através da capacidade do ser humano de ser interpelado (*Ansprechbarkeit*, acessível pela comunicação; intercomunicável) por Deus e pelo semelhante. Tal possibilidade de interpelação torna o ser humano um ser de comunicação e esta é capaz de transformar o ser humano, bem como seu meio e suas relações.

Porém, para que a *imago Dei* seja e permaneça de fato imagem e semelhança, portanto, preserve a similitude entre um e outro, entre Criador e criatura, é imprescindível que ao homem seja preservada a liberdade de escolher, neste caso, de responder. Tal como Deus, o ser humano em seu projeto primordial deveria escolher e criar segundo sua potencial criatividade. Segundo Mondin (), o ser humano é “verbicompente”. Contudo, ao mesmo tempo, tal probabilidade implica na possibilidade de responder positivamente ou negativamente, favorável ou desfavoravelmente.

O pecado no jardim primitivo consistiu justamente na contradição (*Widerspruch*) oposição ao propósito original do Criador: o ser humano escolheu alterar a forma relacional entre o imanente e o transcendente. Sua opção perpetrou à humanidade a interrupção relacional entre o imanente e o transcendente. Um anjo foi colocado às portas do Éden (Gênesis 3.24) e somente em Cristo Jesus a possibilidade de retornar a interconectar o imanente com o transcendente foi restaurada.



Desde a queda, o ser humano vive o conflito entre o dever ser segundo a Palavra de Deus e o ser real, isto é, o que ele é de fato. Ele vive em conflito entre a *imago Dei* do ser humano verdadeiro e a *imago Dei* do ser humano real. Como isso é possível?

Brunner compreende que a *imago Dei* não foi alterada pelo pecado. Ela é a essência básica do ser humano, produto da projeção do próprio Deus. Além disso, a *imago Dei* é o símbolo e substância da própria transcendência do ser humano, portanto, seria contraditório que a mesma pudesse ser alterada por qualquer coisa que fosse. Caso isso tivesse acontecido, a imagem e semelhança não poderia ter sido verdadeira, considera o teólogo neo-ortodoxo. Significaria alterar a proposição básica, mas Deus não se contradiz.

Em que consiste então, a distância perpetrada à criatura em relação ao Criador? Embora da responsividade, isto é, de não poder deixar de responder (até o silêncio e a omissão são respostas) o ser humano persiste na contradição à Palavra de Deus. Ele procura responder a partir de si mesmo, da sua própria razão, a partir das circunstâncias, da cultura, de qualquer recurso criado por ele mesmo, mas não a partir da Palavra de Deus. E o que é essa tal Palavra de Deus? É a comunicação de Deus através de Jesus Cristo. O transcendente buscando o imanente. O Criador buscando a criatura. O ser humano que acolhe a Revelação mediante fé restaura a proximidade ontológica com Deus. Tanto que a boa mensagem dos Evangelhos é esta: em Cristo há salvação.

Todavia, a proposição básica da liberdade de escolher e responder da *imago Dei* permanece a mesma desde os tempos fundantes. O ser humano precisa ouvir, analisar, escolher e optar/decidir, pois isso faz parte de sua essência primordial. Tal premissa antropológica é fundamental para a consideração das relações de poder no aconselhamento pastoral, de toda a teologia prática, em qualquer disciplina ministerial e eclesial.



3. Relações de poder e liberdade

No entender de Foucault, o *poder* é uma realidade dinâmica que ajuda o ser humano a manifestar sua liberdade com responsabilidade. Foucault (Marinho, 2008) se opõe à ideia do poder como um fenômeno estático, antes o considera um fenômeno relacional. O poder é considerado dinâmico. Caso o poder fosse estático, seria localizado. Isso significaria que o poder está com um sujeito, contudo poderia não estar com o outro; poderia significar que um tem mais poder do que o outro. Tais considerações acarretam em algumas implicações. Primeiro, para teólogos cristãos de modo geral, Deus é poder. As virtudes ômnicas são de exclusividade divina: onipotência, onisciência e onipresença. Portanto, o poder completo está em Deus, ele é poder. O poder está localizado. Segundo, se Deus é poder e em seu nome há pessoas vocacionadas a conduzir o rebanho, então o poder está localizado no ministro religioso, no sacerdote ou no pastor, enfim, na pessoa imbuída de servi-lo. Algumas pessoas da sociedade são vocacionadas a prescrever e outras a se submeter ao poder de Deus.

Sem considerar a pertinência teológica de tais afirmações, pois certamente Foucault não estava fazendo teologia, as duas premissas apresentadas no parágrafo anterior implicam num paradoxo. Considere-se primeiramente, caso o poder de Deus seja realmente ômnico, a seguinte questão: para que Deus necessitaria de pastores para vigiar e punir os desobedientes? A vigília para que um indivíduo obedeça é prova de que o poder é impotente, ao menos, não é ômnico, total e absoluto. Daí decorre a segunda questão: se o poder não é ômnico, se não é estático, nem localizado, portanto, de fato não é piramidal, isto é, não flui de cima para baixo. Deste modo, há de se concluir que o poder somente pode ser dinâmico e relacional, isto é, sistêmico.

Em o poder não sendo estático, nem localizado, antes sim, relacional, deve-se ter em conta que o poder se expressa apenas na interação entre dois sujeitos. Portanto, o poder é a dimensão tensional entre dois sujeitos que procuram alterar o estado um do outro. Outra forma de dizer o mesmo conceito é, o poder é uma ação pedagógica, que tem poder ensina ao outro como obter, utilizar, desenvolver e aperfeiçoar o poder. Tal ação pedagógica independe das intenções dos sujeitos. Ao interagirem, isso simplesmente sucede através da observação e reflexão. As alterações do estado do outro independem também dos objetivos particulares de cada sujeito. Caso os objetivos



sejam contraditórios ou divergentes, a tensão, segundo Descartes, será de oposição, portanto, crítica. Em sendo os objetivos semelhantes, soma-se a energia da tensão em similar sentido. Seria isso possível, que empenhados em objetivos similares ou iguais dois sujeitos desenvolvem tensão? Sim, por dois fenômenos específicos. Primeiro, o fenômeno comunicacional e segundo, o fenômeno volitivo.

O sociólogo germânico Niklas Luhmann (1997) descreveu em muitos detalhes os vários sistemas sociais da civilização contemporânea (na interface entre o moderno e o pós-moderno). Ele atesta que de modo geral os vários sistemas sociais (economia; jurisdição; escola; política; religião; arte; etc.) laboram no mesmo ou similar sentido: possibilitar o equilíbrio existencial, material e espiritual da sociedade. Os objetivos, de maneira geral são os mesmos, ao menos podem ser considerados similares. Contudo, a linguagem utilizada para cada um dos sistemas sociais é diferente. Por exemplo, a economia se comunica via dinheiro, a religião através de valores apregoados, a política se comunicação através de influência persuasiva, etc. Eventuais dificuldades que surgem entre os sistemas sociais, basicamente estão associados à comunicação, portanto, a ruídos por desconhecimento da linguagem dos vários sistemas sociais em interação. Deste modo, as tensões produzidas pelos códigos comunicacionais precisam ser elaboradas e ajustadas.

O outro fenômeno que gera tensão na relação entre dois sujeitos, entre sistemas sociais, etc., é a volição, a vontade. A volição é a capacidade de observar, analisar, perceber o desejo em relação ao objeto analisado e então escolher decidindo a ação. Poder escolher, decidir e agir em relação ao desejo e à cognição pessoais, é liberdade. Quando dois sujeitos estão diante de um mesmo objeto, parece evidente que tanto os desejos, quanto as conclusões cognitivas e volitivas diverjam. Portanto, um sujeito exerce poder sobre o outro para que, na ação final, haja o máximo de aproximação possível na realização do desejo. A possibilidade, a contribuição, a participação justamente nesse esforço de aproximar-se do desejo é que determina a liberdade do sujeito.

A aplicação ao aconselhamento pastoral é franca e direta. O aconselhando necessita saber-se compreendido pelo conselheiro, isto é, desenvolver um código de comunicação que conceda a certeza de que ambos estão tratando da mesma coisa. De



modo similar, o conselheiro necessita estar seguro que está na frequência comunicacional do aconselhando, isto é, compreender o mesmo em seu mundo particular e falar a sua linguagem familiar e cultural. O exercício do poder será salutar na medida em que o esforço de ambos os sujeitos for conduzido justamente no sentido de aprimorar a comunicação. Todavia, o exercício do poder será patógeno na medida que um sujeito tentar impor ao outro o seu código peculiar de comunicação, considerando que somente assim se alcançará resultados terapêuticos através da interação pastoral. O que parece óbvio é que, o conselheiro está, de fato ou pretensamente, melhor habilitado para ajustar os sistemas comunicacionais entre os sujeitos do aconselhamento pastoral. Contudo, não bastará que apenas o conselheiro tente aproximar os códigos comunicacionais, caso o aconselhando esteja incapacitado para também realizar alguma aproximação de sintonia comunicacional. Um exemplo drástico, mas típico, seria a ação pastoral com um esquizofrênico em surto: os códigos comunicacionais verbais dificilmente se aproximarão tanto que haja fruto pastoral; será necessário adotar códigos meta-verbais para se aproximar ao mundo do esquizofrênico.

Considerações similares também se pode e deve fazer em relação à liberdade no aconselhamento pastoral. Partindo da premissa que toda mudança verdadeira sucede de dentro para fora, o aconselhando necessita ser empoderado terapêuticamente. Tal empoderamento precisa mobilizar a volição, e esta se estabelece apenas em liberdade. O indivíduo livre é o sujeito verdadeiramente forte, ainda que ele escolha equivocadamente. Foucault acredita no poder como um instrumento de diálogo entre os indivíduos de uma sociedade. A noção de poder onisciente, onipotente e onipresente não tem sentido na nova versão, pois tal visão somente servia para alimentar uma concepção negativa do poder (Marinho, 2008).

Deste modo o conselheiro precisa manter sua postura de liberdade diante das necessidades do aconselhando, autodiferenciando-se do mesmo. Ele não pode envolver-se com os problemas emocionais do seu aconselhando. Lhe convém empatia com certa distância. A congruência, a autenticidade e a assertividade são características frequentemente citadas pelos criadores das teorias psicológicas para as psicoterapias mais reconhecidas, e elas são características de maturidade e equilíbrio pessoal, portanto, características de liberdade.



A liberdade dessa maneira é uma arma de proteção diante das múltiplas possibilidades de abuso de poder (Marinho, 2008). A história da humanidade é cheia de exemplos que fundamentam essa proposição. Homens e mulheres escolheram livremente enfrentar a morte do martírio ao invés de negar ao Senhor Jesus Cristo. Ideólogos foram capazes de morrer por ideias revolucionárias nas quais acreditavam piamente. Milhões de pais e mães são capazes de sacrificar-se pelos filhos, por quererem oferecer aos seus filhos uma vida e/ou um futuro melhor. Em oposição, há milhões que descuidam ou até abandonam seus filhos. É uma questão de opção, de liberdade. Em Foucault, a noção de poder não elimina a noção de liberdade, muito pelo contrário, enfatiza que liberdade e poder são necessariamente elementos do mesmo processo, isto é, das relações de poder construtivas e restauradoras. Quando um é eliminado mediante ênfase absoluta do outro, as relações de poder se tornam patógenas, infrutíferas, de fato não libertam, nem transformam.

Enquanto Foucault enfatiza, de modo geral, um tanto excessivamente o conceito de poder, na sua concepção de relações de poder ele enfatiza um tanto ingenuamente a noção de liberdade. Ele acredita que, quanto mais consciência um indivíduo desenvolver, tanto mais incitado estará a crescer ao ponto de exercer liberdade com responsabilidade. Assim, relações de poder não serão manipulativas, mas trocas entre sujeitos no exercício de suas liberdades. Essa proposição implica que no mínimo uma das partes esteja suficientemente consciente tanto do poder, quanto da liberdade ao ponto de saber respeitar o nível de consciência do outro e ajuda-lo a crescer também na utilização e prática do poder, bem como do exercício da liberdade consciente (Marinho, 2008).

Essa relativa ingenuidade idealista foucaultiana a respeito do ser humano não é defendida pelo teólogo neo-ortodoxo Emil Brunner (1937). Vejamos, no entanto, na mesma sequência lógica acima primeiro as relações de poder e depois a liberdade segundo este pensador que se opôs ao racionalismo iluminista e positivista. Da análise da *imago Dei*, Brunner deduz duas características humanas imanentes, o *Anknüpfungspunkt* (estruturas de contato; ou, literalmente, ponto de contato) e a



Ansprechbarkeit (a possibilidade/capacidade de ser interpelado pela palavra; de ser intercomunicável; de ser influenciado através da linguagem) (Mondin, 1980).

As estruturas de contato são as condições e capacidades inerentes para poder compreender a Palavra de Deus e a Deus nesta Palavra. Somente o ser humano pode conhecer e compreender a Deus em seus planos com a Criação. Essa plausibilidade se dá devido ao segundo fenômeno: o ser humano pode ser interpelado por esta Palavra; ele é chamado, desafiado, confrontado; ao mesmo tempo confortado e sustentado. A *imago Dei* aproxima dessa maneira criação e Criatura de modo tão íntimo quanto descrito em Gênesis: Deus criou o homem (Adão) com as suas mãos do barro; Deus criou com as suas mãos da costela de Adão a mulher (Eva). Tal simbologia fundamenta o *Anknüpfungspunkt* e a *Ansprechbarkeit*. Não há presunção, nem arrogância humanista nessa afirmação. O Criador e a coroa de sua criação estão intimamente interligados no ato da Criação. Há, no entanto, um porém. O ser humano caiu no pecado.

As estruturas de contato criadas segundo o Gênesis, concedem ao ser humano a alteridade, a relacionalidade de sujeito consciente (contrário a instintivo), tanto com Deus, quanto com os outros seres humano; alteridade vertical, tanto quanto horizontal. O ser humano recebe poder para nomear os animais, para cultivar o jardim, para desenvolver o relacionamento matrimonial e inclusive apresentar-se ou ausentar-se da presença de Deus. É surpreendente como se dá a interação entre o transcendente e o imanente segundo o relato primitivo.

Primeiro, o ser humano é empoderado, sendo abençoado pelo próprio Criador:

Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra. [...] Eis que vos tenho dado todas as ervas que dão semente e se acham na superfície de toda a terra e todas as árvores em que há fruto que dê semente isso vos será para mantimento. E a todos os animais da terra, e a todas as aves dos céus, e a todos os répteis da terra, em que há fôlego de vida, toda erva verde lhe será para mantimento (Gênesis 1.28-30).



Está em suas mãos relacionar-se com toda a criatura para a manutenção da mesma e de si mesmo.

Segundo, o ser humano é criado para a total liberdade, ele pode e deve escolher e decidir: “E o Senhor Deus lhe deu esta ordem: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gênesis 2.16-17). Num primeiro relance, esta situação mais parece ser uma armadilha do que a capacitação para o exercício da liberdade. Contudo, é necessário compreender a ordem a respeito da árvore específica no jardim sob a luz da *imago Dei*, isto é, Deus criou o ser humano com características divinas.

Uma das características de Deus é a liberdade. Ele escolhe, ele decide, ele diz “e assim se fez” (esta expressão é repetida seis vezes somente no primeiro capítulo do livro de Gênesis). Como deixar claro ao ser humano que ele fora criado *imago Dei*? Dando-lhe a liberdade do próprio Deus, de escolher (liberdade) e assim fazer (poder). A alteridade entre o imanente e o transcendente é teologicamente o principal propósito de toda a Criação. Contudo, segundo o relato bíblico, nem o poder, nem a liberdade foram adequadamente utilizadas e praticadas pela humanidade até que se compreendesse o amor de Deus através de Jesus Cristo.

O ser humano usurpa constantemente o poder, abusando dos seus semelhantes, explorando-os e entronizando-se a si mesmo dominador sobre propriedades, símbolos e pessoas. E a liberdade lhe serve de pretexto. Depois da árvore do jardim, o Antigo Testamento apresenta uma aliança de Deus com o povo hebreu/judeu ainda sob os mesmos princípios da *imago Dei*: outorgando uma lei (Torá; lei mosaica) à qual as pessoas deveriam seguir, obedecer (pressupõe-se uma relação de poder). Ainda estava nas mãos das pessoas o poder de se relacionarem com Deus via cumprimento da lei. Também permanecia nas mãos das pessoas a liberdade de viver segundo a lei ou não. Segundo as cartas paulinas do Novo Testamento e especialmente a carta aos Hebreus, torna-se evidente que o ser humano por si só jamais lidará adequadamente nem com o poder, nem com a liberdade. Ele teria que tornar-se “nova criatura”, ele teria que



renascer para as coisas do espírito (João 3.3-8), caso contrário, a sedução do poder e da liberdade o inebriariam constantemente. Por isso, estabeleceu-se nova aliança através de Cristo (Hebreus 7, 8, 9 e 10).

Desse modo, uma segunda aliança foi estabelecida, porém, desta vez, o cumprimento da lei seria realizado por Jesus Cristo na cruz do Calvário. O poder relacional seria regido pela maior de todas as leis, a lei do amor (Mateus 22.37-40) e a liberdade estaria enquadrada no mesmo princípio (1 Coríntios 13). O amor assume a função comum entre o poder relacional e a liberdade humanas. Caso a virtude caridosa não fundamentar nem um vetor, nem outro, a patologia impera, a salvação não é alcançada.

A aplicação ao aconselhamento pastoral é direta e prática. Persiste o princípio da relação de poder entre as pessoas, bem como a importância do exercício constante da liberdade. Contudo, um novo elemento dinamiza as relações de poder e o exercício da liberdade, é o amor. Como um não produz o equilíbrio sem o outro, a qualidade da interação dos dois elementos depende do amor, e não mais da qualidade apenas dos próprios elementos. Neste sentido, o enfoque não são mais as relações de poder, nem o exercício da liberdade, mas a qualidade do amor que perpetra ambos no processo. Nem o abuso de poder, nem o abuso da liberdade podem ser cometidos diante do amor. O amor é pressuposto do respeito do qual Foucault fala quando trata da liberdade, o amor também é pressuposto de todo crescimento, da maturidade e da consciência (seja ela autocentrada ou empática).

Conclui-se este capítulo com a proposição de que o ministério messiânico da Graça de Jesus inverte as bases do poder e os fundamentos da liberdade, exercendo o poder e vivenciando a liberdade a partir do serviço e do amor. Poder é transformado em serviço. Liberdade é vital somente em amor. Deste modo, o serviço como relação de poder transforma o alvo, o valor e o significado da própria relação de poder. Em foco está a pessoa, não mais a norma, nem a lei. Superabunda a Graça (Romanos 5.20), e esta liberta de verdade (João 8.32).



4. Aconselhamento pastoral como processo de empoderamento individual e social

Desde que o aconselhamento pastoral se aproximou dos recursos teóricos e técnicos produzidos pela psicologia, discute-se a questão da diretividade (Hoff, p.13ss). A diretividade define a intensidade e proporção de intervenção do conselheiro no processo do aconselhamento. Em termos práticos, os métodos diretivos prescrevem quais questões são importantes diante do problema do aconselhando, o conselheiro faz as perguntas, é ele também o principal responsável pelo diagnóstico e por sugestões e prescrições de soluções. O modelo é médico. No outro extremo podem-se localizar métodos não-diretivos, isto é, onde a abordagem e o tratamento de algum problema é basicamente definida pelo aconselhando, enquanto o conselheiro escuta, empatiza, reflete e responde. Nesta abordagem, o aconselhando toma as decisões que concernem às suas questões e vida.

É fácil perceber que a diretividade no aconselhamento discute a questão das relações de poder no aconselhamento pastoral. Uma fonte teórica que influenciou fortemente a igreja evangélica no Brasil quanto ao aconselhamento pastoral efetuou-se através de alguns livros de Jay Adams (1977) e a proposta do aconselhamento chamado noutético. A denominação se origina no termo grego *nouthétesis*. Seu significado tradicionalmente é traduzido por “admoestar”, “exortar” e “ensinar” (Adams, p.57). Em algumas obras de exegese bíblica, pode-se encontrar também “pôr em sentido” e “aconselhar”. Nessas traduções a diretividade é muito explícita, portanto, também o poder proposto ao conselheiro do aconselhamento. A relação de poder pode ser dominante e alienante sobre o aconselhando. O próprio Adams (1997, p. 58) diz que os três elementos da confrontação noutética são: a. ensino, não como método de subjugação, nem de remoção de ideias próprias do aconselhando, mas de influenciar o *nous*, o conhecimento de si; b. ação verbal, com o objetivo de realizar mudanças, seja no comportamento, seja no caráter do aconselhando (p. 59); c. correção verbal para benefício do aconselhando, disciplina e/ou castigo com o propósito de ajudar.

Outro aporte teórico, que propõe ao aconselhamento pastoral a não-diretividade é o modelo centrado em libertação e crescimento de Howard J. Clinebell (1998). Há outras propostas de fundamento rogeriano (centrado na pessoa), que no entanto, não obtiveram o alcance da obra de Clinebell. Um exemplo de proposta pastoral



expressivamente não-diretiva é de Faber & van der Schoot (1985), “A Prática da Conversação Pastoral”. O modelo centrado em libertação e crescimento propõe que

O aconselhamento pastoral compreende a utilização, por pessoas que exercem o ministério (sacerdotal; religioso), de relacionamentos de indivíduo para indivíduo ou de pequeno grupo para possibilitar a ocorrência de potencialização curativa e crescimento dentro de indivíduos e de seus relacionamentos (Clinebell, 1998, p.25).

Portanto, os objetivos são “libertar, potencializar e sustentar a integralidade no Espírito”, “formação e orientação ética”, “utilizar e integrar insights psicológicos e teológicos sobre a situação humana”, “possibilitar cura e crescimento em todas as dimensões da integralidade humana”, tudo isso “dentro da comunidade solícita de uma congregação, que é tanto o contexto potencializador quanto o fundamento do ministério reparador do aconselhamento pastoral” (Clinebell, 1998, p.25). Um outro objetivo enunciado é o de “capacitar as pessoas a aumentar a construtividade de seu comportamento, bem como de seus sentimentos, atitudes e valores...” (p. 26).

A tendência desses objetivos é claramente não-diretiva, contudo, implica na habilitação de conselheiros capazes de mobilizar, potencializar e levar ao insight a respeito de si mesmo, do problema e de alternativas de solução. A perspectiva de poder relacional de Foucault transparece na metodologia, bem como a visão antropológica da liberdade para escolher segundo Brunner. O sujeito ajudado não é visto como passivo, dependente e/ou doente que está à mercê do conselheiro. Ele precisa contribuir no processo do aconselhamento para que haja de fato libertação e crescimento. Liberdade e crescimento não podem ser imputados, aplicados de fora para dentro. Enquanto não houver conscientização e mobilização de potenciais pessoais, o relacionamento de poder entre os dois sujeitos da prática pastoral será unilateral, no sentido de imposição diretiva por parte do conselheiro e da submissividade por parte do aconselhando.

Desse modo, a poimência e o aconselhamento pastoral devem ser conduzidos pela seguinte proposta:

Facilitar o máximo desenvolvimento das potencialidades de uma pessoa, em cada estágio da vida, de formas que contribuam para o crescimento também das outras pessoas e para o desenvolvimento de uma sociedade na qual todas as pessoas tenham uma oportunidade de usar suas potencialidades. [...] ajudar as pessoas a se libertar de



suas prisões de vida não vivida, recursos não usados e forças desperdiçadas. O conselheiro é um libertador, um possibilitador de um processo através do qual as pessoas se libertam para viver a vida de forma mais plena e significativa. Através dessa experiência de libertação, as pessoas descobrem que a felicidade é um subproduto da realização de seus potenciais construtivos. Saúde mental-espiritual-relacional é o movimento contínuo na direção de viver a vida de maneira mais plena, alegre e produtiva. Integridade é uma jornada de crescimento, não a chegada a um objetivo fixo e imóvel (Clinebell, 1979, p.17-18).

A discussão do aconselhamento pastoral como relação de poder necessita levar em conta o fato do poder existente em qualquer relacionamento. Contudo, pelo fato de o aconselhamento consistir num processo onde um sujeito por definição oferece ajuda, enquanto outro busca, instalam-se automaticamente bases diferenciadas de poder. Para que o aconselhando possa realmente sentir-se potencializado e desenvolvido em suas possibilidades, ele mesmo precisa sentir-se livre para investigar-se a si mesmo, abrir-se, para enunciar alternativas de solução, tentar algumas alternativas mesmo sujeito a errar, retomar equívocos, aprender deles e reconstruir a partir das experiências vivenciadas. Sem liberdade para tanto, por conseguinte, não haverá libertação nem crescimento. A liberdade é empoderadora. A liberdade anuncia o “eu posso”. Ela facilita a criatividade e o espírito inédito. A liberdade é construída a partir de dentro, por isso, o conselheiro pode ser o maior facilitador dessa construção. No entanto, para que a liberdade seja responsável, a mesma deve estar fundamentada no amor *ágape*, o amor sacrificial de Deus.

Clinebell (1998, p.29) relaciona seis dimensões necessárias para que o indivíduo seja empoderado através do relacionamento pastoral: “avivar a mente; revitalizar seu corpo; renovar e enriquecer seus relacionamentos íntimos; aprofundar sua relação com a natureza e a biosfera; crescer em relação às instituições significativas em sua vida; aprofundar e vitalizar seu relacionamento com Deus”. Num primeiro relance, essas dimensões parecem universalizantes, autorresgatadoras e vazias de Jesus Cristo. A proposta mais parece um humanismo cristão, isto é, se alguém puder verificar alguma coisa da teologia cristã nas seis dimensões em direção à integralidade humana. Contudo, aplicados aos princípios evangélicos e à teologia cristã de modo geral, a relação de poder entre conselheiro e aconselhando empodera a este através do



fortalecimento de seu livre-arbítrio consciente e fundamentado em amor. Somente pessoas conscientes de si e de suas potencialidades, igualmente de seus mundos podem realmente viver de modo livre e crescer conforme o processo vital implica.

Considerações

O analista Adolf Guggenbühl-Craig (1978) descreve o relacionamento do terapeuta/cliente como ação de percepção do outro como ele é, tanto quanto possível. O relacionamento notoriamente implica em prazer ou desprazer de estar com o outro, por isso, a procura e/ou a busca com o outro será de interesse ou desinteresse. O relacionamento terapêutico implica em troca de emoções, sentimentos e pensamentos, e está relacionado com o passado, o presente e o futuro do indivíduo. O relacionamento pastoral e magisterial implica sempre em algo criativo, isto é, “a psique humana está sempre cheia de novas possibilidades. Ela se recria sempre, por assim dizer, e é permanentemente recriada” (Guggenbühl-Craig, 1978, p. 54). Tal relação não pode deixar de tecer fantasias ao redor do outro, sejam elas reais ou não. A relação curadora circunda o potencial, tanto do aconselhando quanto do conselheiro. Portanto, o relacionamento terapêutico contém em si mesmo um potencial, um poder de transformação e libertação para a mudança e o conseqüente crescimento. Aliás, quando o relacionamento elabora inadequadamente a questão do poder ali atuado, pode suceder justamente o oposto, pessoas podem sair feridas, machucadas, diminuídas, aniquiladas e/ou desqualificadas.

O relacionamento com propósitos de ajuda (medicina; psicoterapia; assistência social; pedagogia; ministro religioso; conselheiro pastoral; etc.) alavanca possibilidades que nos relacionamentos comuns não existem. O poder em tais relações, embora implícito, é notório. O médico exerce um tipo de influência que não depende somente de sua formação científica, existe uma força simbólica em torno da figura do médico que é criada pela cultura, pelo instinto de vida, pelo aparente domínio sobre a doença e a morte, como se fosse detentor exclusivo da vida.

Algo similar sucede com o sacerdote, com o ministro religioso. Sua figura e função lhe creditam no imaginário social a conexão direta com Deus. Seus rituais religiosos



realizam milagres e transformações contradizendo os princípios das ciências naturais. Quando o fiel procura o seu pastor, lhe antecipa poderes, de todos os tipos que o imaginário permite. Caso o pastor não esteja consciente deste movimento transferencial, poderá influenciar o aconselhamento pastoral tanto negativamente. A consciência em torno de tal fenômeno lhe concederá a opção de não atuar um suposto saber e um suposto poder, laborando para que aos poucos o aconselhando descubra em si mesmo os potenciais existentes para qualificação da vida pessoal e dos que o rodeiam. Todavia, a mobilização do potencial do consulente, o desencadeamento do que está resiliente, sucederá somente se o próprio conselheiro estiver muito ciente de que ele mesmo poderá, mediante ilusão mental, ofuscar a percepção de todas as possibilidades quando não se controla a atuação do suposto poder.



Referências Bibliográficas

ADAMS, Jay E. **Conselheiro capaz**. São Paulo: Editora Fiel, 1977.

BRUNNER, Emil. **Der Mensch im Widerspruch**. Die christliche Lehre vom wahren und vom wirklichen Menschen. Berlin: Furche-Verlag, 1937.

_____ **Offenbarung und Vernunft**: die Lehre von der christlichen Glaubenserkenntnis. Stuttgart: Zwingli-Verlag, 1961.

CLINEBELL, Howard J. **Aconselhamento pastoral – modelo centrado em libertação e crescimento**. São Leopoldo: SINODAL; São Paulo: PAULUS, 1998.

FABER, Heije & VAN DER SCHOOT, Ebel. **A prática da conversação pastoral**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28ª. edição. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

GARRETE, Jeremy R. **Religion and culture: Michel Foucault**. New York: Routledge Inc., 1999.

GUGGENBÜHL-CRAIG, Adolf. **O abuso do poder na psicoterapia e na medicina, serviço social, sacerdócio e magistério**. Santa Catarina: Edições Achiamé, 1978.

HOFF, Paul. **O pastor como conselheiro**. São Paulo: Editora Vida, 1996.

KOHL, Manfred Waldemar & BARRO, Antonio Carlos (org.). **Aconselhamento cristão transformador**. Londrina, Editora Descoberta, 2006.

LUHMANN, Niklas. **Soziale Systeme**. Grundriss einer allgemeinen Theorie. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1984.



MARINHO, Ernandes Reis. As relações de poder em Michel Foucault. **E-Revista Facitec**, v.2, n.2, Art. 2, dezembro 2008. ISSN 1981-3511.

MONDIN, Battista. **Os grandes teólogos do século vinte**. Vol. 2 – os teólogos protestantes e ortodoxos. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

REICH, Wilhelm. **A função do orgasmo: problemas econômico-sexuais da energia biológica**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SCHNEIDER-HARPPRECHT, Christoph. **Teologia prática no contexto da América Latina**. São Paulo: ASTE & São Leopoldo: SINODAL, 1998.